

INTERIORIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO POTIGUAR: AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NO POLO SERRANO

Francisco Xavier da SILVA JÚNIOR ¹
Rodrigo Cardoso da SILVA²

Resumo: O objetivo dessa pesquisa é analisar a descentralização dos recursos do Ministério do Turismo para os municípios que compõem a região turística Polo Serrano. Para tanto, utilizou-se de pesquisa exploratória com dados secundários do MTur através do programa SIACOR, alocando os dados em quatro categorias: eventos, urbanização, construção de praças e infraestrutura turística. Os resultados apontam que a gestão pública local dos municípios faz mal uso dos recursos no que tange o desenvolvimento do turismo, destinando os recursos do MTur para construção de praças e urbanização de vias e acesso. Desse modo, conclui-se que há falta de profissionais do turismo atuando nessas gestões, bem como o interesse político-partidário dos representantes estaduais para a construção de obras de assistência básica a população, não de fins turísticos.

Palavras-chave: Interiorização; Regionalização do Turismo; Polo Serrano Potiguar.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a atuação estatal no setor turístico se fez presente de forma asseverada, principalmente após o ano de 2003, com a criação do Ministério do Turismo (MTur) e a criação da Política pública de regionalização do turismo. Onde uma das vertentes da proposta é estruturar ações na perspectiva de desconcentração do fluxo de turismo do litoral, apostando na interiorização da atividade turística. Nessa logica foram criados no Brasil cerca de 300 regiões turísticas nos últimos 10 anos. Sendo cinco dessas no Rio Grande do Norte, e afastado do litoral apenas três, onde dentre essas está o Polo Serrano.

Devido ao alto número de demanda nas regiões turísticas e a limitação do poder do Estado, muitas dessas regiões possuem problemas de infraestrutura básica para o desenvolvimento do turismo. Dessa forma, as políticas públicas de turismo no Brasil atendem a esse principio infraestrutura.

Em muitos casos de implementação as políticas de turismo implanta saneamento básico, esgoto, asfaltamento, dentre outras (CRUZ, 2001, p. 111). Como é o caso do

¹ Aluno do 7º período do curso de turismo. UFRN. Currículo Latters: <http://lattes.cnpq.br/5962022090895829>. Email: xaviersilva2@gmail.com.

² Doutorando em Turismo. Professor Substituto da UFRN. Currículo Latters: <http://lattes.cnpq.br/0044287224274712>. E-mail: drigorcs@hotmail.com.

Prodetur/NE³ elaborado para as zonas litorâneas, para desenvolver o mercado turístico, e proporcionar qualidade de vida aos moradores desses lugares.

No Brasil, de acordo com cada governo foram desenvolvidas diferentes Políticas públicas em contexto e valores distintos. É possível elencar duas grandes rupturas ideológicas de políticas públicas no turismo nos últimos 15 anos, a política de municipalização e a política de regionalização do turismo. O segundo movimento respectivamente trouxe em seu discurso uma premissa de cooperação entre a federação, estados e municípios. Bem como o de interligar as ações das esferas do Estado para o desenvolvimento regional do turismo e conseqüentemente a interiorização.

Assim, a pesquisa enfoca em saber se diante das premissas de gestão democrática e descentralizada apregoado pela a Constituição Federal do Brasil desde 1988 e os Planos Nacionais de Turismo (2003, 2007, 2013), bem como entendendo a União, Estado e municípios como ente públicos equiparados e sendo o MTur um representante da União e concedente de verbas para Estados e Municípios para a implementação ou beneficiamento da atividade turística no território brasileiro, a problemática é saber como os recursos descentralizados direcionados pelo MTur para projetos, programas ou ações é utilizado para o desenvolvimento turístico nos municípios compreendido na região turística Polo Serrano no interior do Estado do Rio Grande do Norte?

Nessa perspectiva, o presente artigo tem por objetivo avaliar os investimentos realizados em cooperação entre o MTur e os municípios do polo Serrano entre os anos 2005 a 2015 com verba descentralizada do Ministério do Turismo.

A pesquisa realizada é exploratória, pois pretende-se elucidar como se dá a utilização dos recursos descentralizados⁴ do MTur no Polo Serrano do RN, contribuindo assim, para a compreensão teórica dos usos e suas contribuições no desenvolvimento da interiorização do turismo. Para tanto, foram feitas leituras nas produções de diversos autores, tais como: Lasswell (1936), Souza (2006), Hall (2001), Ricco (2012), Vanhove (2011) e Ministério do Turismo.

Os dados utilizados nessa pesquisa são secundários, pois foram buscados na base de dados do Ministério do Turismo⁵ e Portal da Transparência dos Recursos Federais. Tais dados expõem a distribuição de recursos para os municípios do Polo Serrano sendo alocados em quatro categorias que de acordo com Silva (2014), são: investimentos em infraestrutura, investimentos em eventos, investimentos em construção, reforma e urbanização de praça e investimentos em urbanização.

³ Tinha como base o modelo Cancun cingindo todos os estados da região nordeste com finalidades de aumentar o turismo receptivo na região, oferecer uma boa infraestrutura de acesso e básica para que o turista permaneça por mais tempo, cativar investidores para o setor turístico, conceber emprego e renda, fomentar e posteriormente aumentar a competitividade turística em Natal.

⁴ Tal recurso é repassado diretamente para os municípios,

⁵ SIACOR – Sistema de acompanhamento de contratos e concursos. Disponível em: <http://repasse.turismo.gov.br/>

Com a pesquisa explicativa e os dados do MTur é possível compreender como os municípios do Polo Serrano descentralizam verba do ministério para atender demandas que não competem com uma política pública de turismo. A seguir abordaremos os conceitos de política pública e turismo afunilando a discussão no programa de regionalização do turismo, seguido dos resultados e considerações finais.

2 REGIONALIZAÇÃO E TURISMO

O fenômeno turístico movimenta pessoas que buscam fora de seu lugar habitual encontrar prazer em realizar alguma atividade. Esse deslocamento provoca mudanças nas áreas receptoras, isto é, modifica-se em virtude da presença de uma população flutuante parte da conjuntura espacial (SANTANA, 2009). Porém, a atividade turística não possui uma única e correta definição, diversos autores debatem o conceito desse fenômeno social que segundo Ricco (2012, p. 167) é “extremamente complexo, dinâmico, que opera de múltiplas formas e nas mais diversas circunstâncias, sendo difícil apreendê-lo em sua totalidade por meio de uma única perspectiva teórica ou mesmo de uma única ciência”.

O turismo pode ser compreendido ainda como uma relação a partir de outros conceitos de outras áreas do conhecimento. Vanhove (2004, p. 2) define como sendo:

A soma das relações e fenômenos resultantes da viagem e estadia dos não residentes, na medida em que a estadia não conduz a residência permanente e não está conectado com qualquer ganho de atividade temporária ou permanente.

Ou seja, a atividade turística é uma relação social entre comunidade emissora e comunidade receptora onde são identificados aspectos de lazer, negócios, culturais e econômicos. Assim, o turismo caracteriza-se por efetivar-se no espaço criando neles territórios de interesse e desenvolvimento turístico que de acordo com Cruz (2002, p. 17), o “consumo dos espaços pelo turismo que se gestam os territórios turísticos”, como ao apoio a projetos de sinalização turística, construção de centros de eventos, reforma de centros históricos e concepção de atrativos.

Em grande medida o principal ator na promoção do desenvolvimento do turismo nos municípios interioranos no RN é o Estado (representado pelo âmbito federal) por meio da criação de instituições representantes da atividade e conseqüentemente de políticas públicas que auxiliam no ordenamento do turismo. Não existe uma única e correta definição de política pública, pois esse campo da ciência social é multidisciplinar e busca atender diferentes setores da sociedade (SOUZA, 2006). Assim, por ser um campo de estudo holístico é objeto de estudo de diversas áreas do conhecimento como a sociologia, geografia, direito, entre outras. Assim, é pertinente verificar algumas definições para obter uma base teórica da PP.

Lasswell (1936) diz que para a construção e análise de uma Política Pública (PP) é necessário questionar “quem ganha o quê, quando e como”, o primeiro questionamento remete-se a que público-alvo e o que esse público ganha com a implementação da PP, o

segundo propõe-se compreender em que espaço temporal a PP será efetivada e por fim como isso será programado no meio social. Desse modo, a PP busca atender lacunas que o Estado deixa na sociedade, sejam elas no campo da saúde, educação, desenvolvimento econômico etc. Para tanto, Madrid (2000, p. 17), afirma que a política pública é:

Deve ser considerado estritamente como um sistema de ações públicas que articula múltiplos atores governamentais e sociais assim como ações visíveis e não visíveis, decisões e não decisões, mediante a um processo que admite a possibilidade da continuação, interrupção e término.

Madrid coloca que a PP deve ser compreendida por uma ação exclusivamente do Estado e que na elaboração da mesma estão envolvidos diversos agentes de diferentes campos de atuação do governo e da sociedade para atingir com objetividade seu público-alvo.

Segundo Fonseca (2005, p. 226), política pública remete-se ao “conjunto de ações e omissões do Estado para resolver problemas que afligem a sociedade”, ou seja, são as tomadas de decisões escolhidas pelo governo para implementação no social ou no território objetivando a melhor qualidade de vida da população atendendo uma necessidade comum. Assim, são soluções para as falhas causadas por fatores externos ou internos que objetivam preencher problema ou melhorar determinadas situações.

A percepção de que o turismo é fundamentalmente uma atividade desenvolvida pela iniciativa privada passa a ser desvalorizada quando o Estado assume para si a elaboração de algumas frentes de trabalho, principalmente no na área do turismo buscando estruturar a economia, concedendo incentivos fiscais para grandes empresários (HALL, 2001). A presença do Estado no setor de turismo se justifica em muitos casos pelo o impulso das cadeias produtivas anexadas aos serviços de forma geral, e a oportunidade de geração de emprego e distribuição de renda (PNT,2003, 2007, 2013)

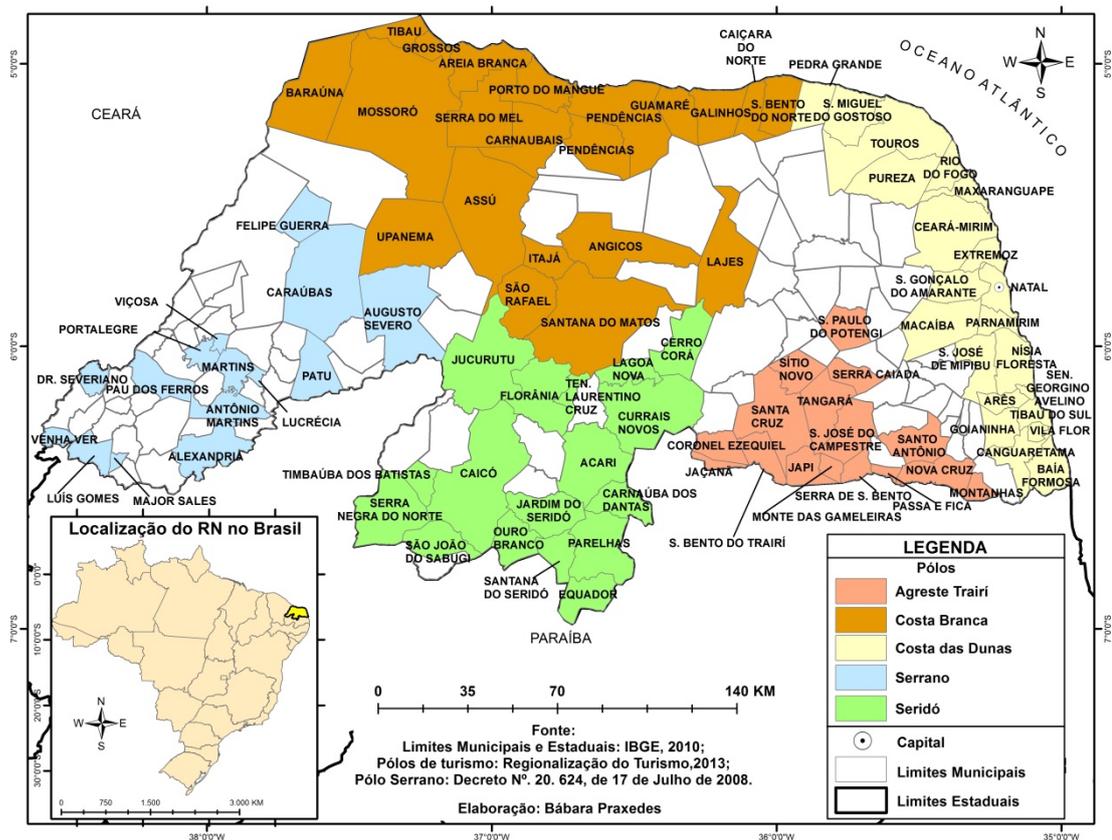
A política em turismo ganhou uma nova roupagem com a criação do Ministério do Turismo em 2003 no governo de Luís Inácio Lula da Silva. Anteriormente, as políticas voltadas para o turismo concentravam-se em atender demandas que proporcionassem a promoção da atividade no país. O enfoque territorial das políticas de turismo estruturou-se com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PRT), seu lançamento e funcionamento aconteceu em 2004.

Segundo o Ministério do Turismo (2007, p. 19) o Programa de Regionalização do Turismo objetiva “o desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo”, onde o principal foco era constituir conselhos de turismo regionais para discutir e implementar ações de forma integrada colaborativa. A premissa é que tais conselhos possam constituir destinos turísticos com gestão compartilhadas e competitivas, e possa lidar com as peculiaridades e dificuldades regionais com maior eficiência, além de ser um caminho para criar diretrizes adaptáveis de políticas públicas eficientes (SILVA, 2014).

Tendo o turismo como agente de desenvolvimento social, cultural e econômico o conceito de região mais cabível é o de região como desenvolvimento econômico que segundo Machado e Tomazzoni (2001, p. 231), “sobressai à adoção de medidas, programas e intervenções para levá-la do nível em que se encontra economicamente hoje até alguns objetivos econômicos pré-determinados”.

Entre os anos de 2006 e 2013 as regiões turísticas no país tiveram considerável crescimento passando de 200 para 303 regiões, muito embora que muitos desses municípios envolvidos nessas áreas não tenham perfil para o turismo (SILVA, 2014). Atualmente o estado do RN possui cinco regiões turísticas: Polo Costa Branca, Polo Costa das Dunas, Polo Seridó, Polo Agreste-Trairi e polo serrano (ver Mapa 1), O recorte dessa pesquisa é o Polo Serrano destacado na cor azul.

Mapa 1 – Regiões Turísticas do RN – 2015⁶



Primeiramente antes da discussão sobre os dados, é interessante que o Polo escolhido como recorte de pesquisa já apresenta uma discrepância na sua formação com as diretrizes do PRT, pode-se observar que o Polo Costa Branca, Polo Costa das Duas, Polo Agreste-Trairi e Polo Seridó encontram-se com os municípios bem articulados no território, isto é, não há grandes lacunas espaciais entre os municípios na região turística.

⁶ Ressalta-se que o processo de mapeamento no final de 2015 mudou alguns municípios que compõem as regiões de turismo no RN.

Diferentemente, o Polo Serrano onde encontra-se com seus municípios com enorme áreas desconectadas e desarticulados no território. Além disso, o Polo Serrano é o menor polo das cinco regiões turísticas e o mais distante da capital o portão de entrada de turísticas internacionais. Sendo assim, esse recorte espacial tem total relevância ao se estudar as ações do Estado para o setor de turismo, no contexto do PRT e da premissa de interiorizar o turismo.

3 INVESTIMENTOS NA INTERIORIZAÇÃO DO TURISMO NO POLO SERRANO POTIGUAR

O Polo Serrano Potiguar compreende quinze municípios. A população da região turística é de 138.924 habitantes e a média do Produto Interno Bruto é de R\$ 67.701,00 (IBGE, 2010). Na maioria dos municípios os serviços aparecem como principal ator para o PIB, seguidos de agropecuária e indústria. O recorte temporal da pesquisa foi de 2005 a 2015, sendo os quinze municípios e os investimentos recebidos do MTur, de acordo com o quadro 1.

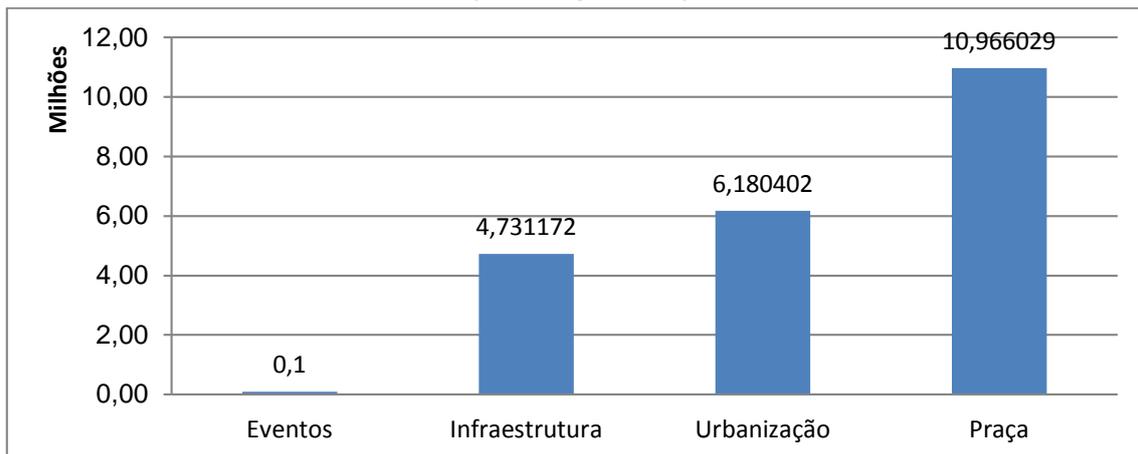
Quadro 1: Municípios do Polo Serrano

POLO SERRANO	
Municípios	Investimentos Em R\$
Alexandria	3.157.869
Antônio Martins	2.435.750
Luis Gomes	2.216.250
Pau dos Ferros	2.180.099
Martins	2.160.000
Major Sales	1.664.597
Caraúbas	1.547.250
Campo Grande	1.212.978
Venha-ver	1.123.750
Viçosa	1.105.000
Patu	737.500
Felipe Guerra	734.750
Lucrecia	682.500
Portalegre	654.250
Doutor Severiano	481.250

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

A análise dos investimentos deu-se na alocação dos valores em quatro grandes grupos: os eventos com foco no apoio dado a promoção de eventos; a urbanização no que tange a urbanização de vias, construção de pórticos e canteiros de ruas; a construção de praças; e os investimentos de apoio à infraestrutura turística com base na análise de projetos de desenvolvimento turístico, de acordo com Silva (2015), que desenvolveu pesquisa semelhante nos Polos Agreste/Trairi e Seridó.

Gráfico 1: Investimentos por categoria no polo serrano entre 2005 e 2015

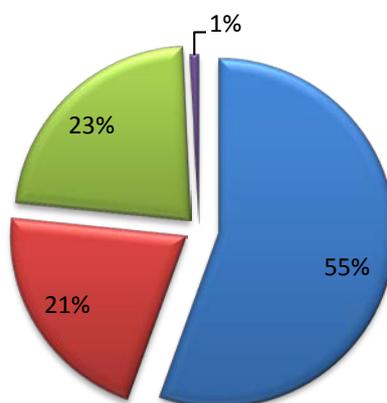


Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Os investimentos em construção e urbanização de praças concentram a maior parte dos investimentos descentralizados do MTur por meio do PRT somando mais de R\$ 10 milhões de reais. Seguido da urbanização de vias e acesso, a região obteve R\$ mais de 6 milhões de reais para calçamentos de ruas, construção de canteiros, pavimentações etc. Os investimentos em infraestrutura turística aparecem com mais de R\$ 4 milhões de reais para a construção de pórticos de entrada, revitalização de centro histórico e apoio a projetos de infraestrutura turística. Por fim, a categoria que não recebeu investimentos consideráveis foi eventos com R\$ 100 mil reais. O volume investido na região nos últimos anos é considerável, porém aplicado em construção de praças públicas, e nenhum atrativo foi encontrado na pesquisa. Quando tratamos de investimento público é necessário investigar a efetividade dessas ações, a seguir o Gráfico 2 apresentará o status desses investimentos.

Gráfico 2: Situação das obras do Polo Serrano de 2005 a 2015

■ Concluída ■ Atrasada ■ Não Iniciada ■ Paralisada

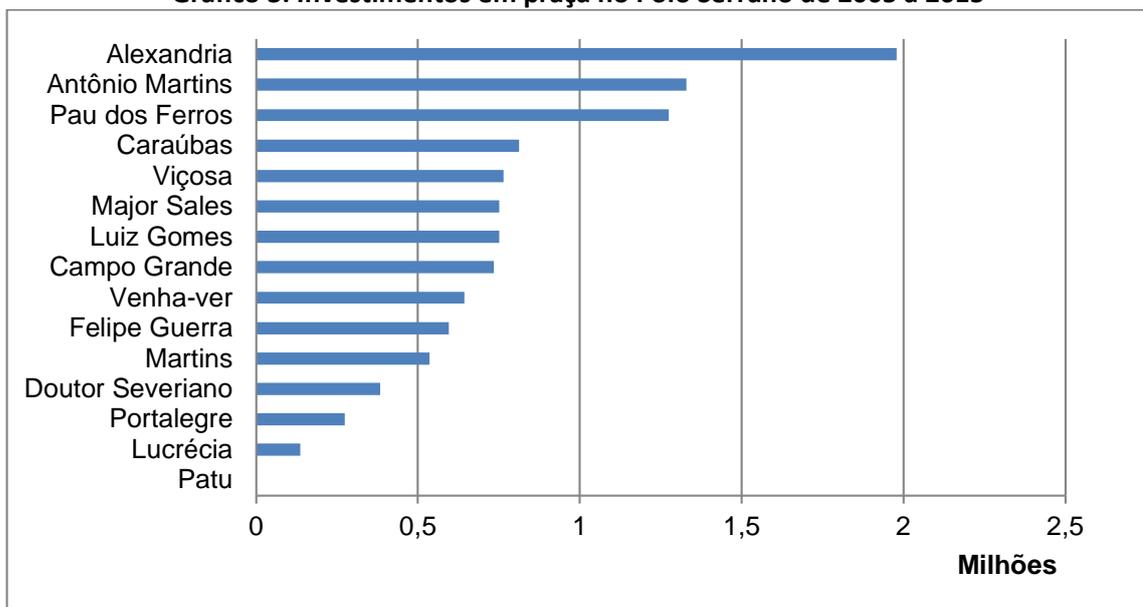


Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Mais da metade das obras encontram-se concluídas com 55%. As que estão atrasadas concentram 21%. Tal atraso nas obras/ações ocorre devido ao repasse parcelado do governo federal aos municípios, isto é, o Estado envia parte do recurso para início da obra, se o recurso não foi utilizado para aquele objetivo, ou mesmo não cumpriu o que havia sido estabelecido, o fluxo de verba é cortado e só após uma avaliação que o recurso pode ser liberado novamente, tal situação mostra a ineficiência na aplicação. 23% das obras não chegaram a iniciar, pois não obtiveram a liberação da verba da Caixa Econômica Federal, ou mesmo as prefeituras não executaram os projetos aprovados. Por fim, apenas 1% das obras está paralisada, boa parte por causa da má execução orçamentaria.

Os gráficos a seguir mostram os investimentos por categoria e município separadamente, essa seleção foi feita para demonstrar como e quais municípios mais investiram em cada categoria de uso dos recursos.

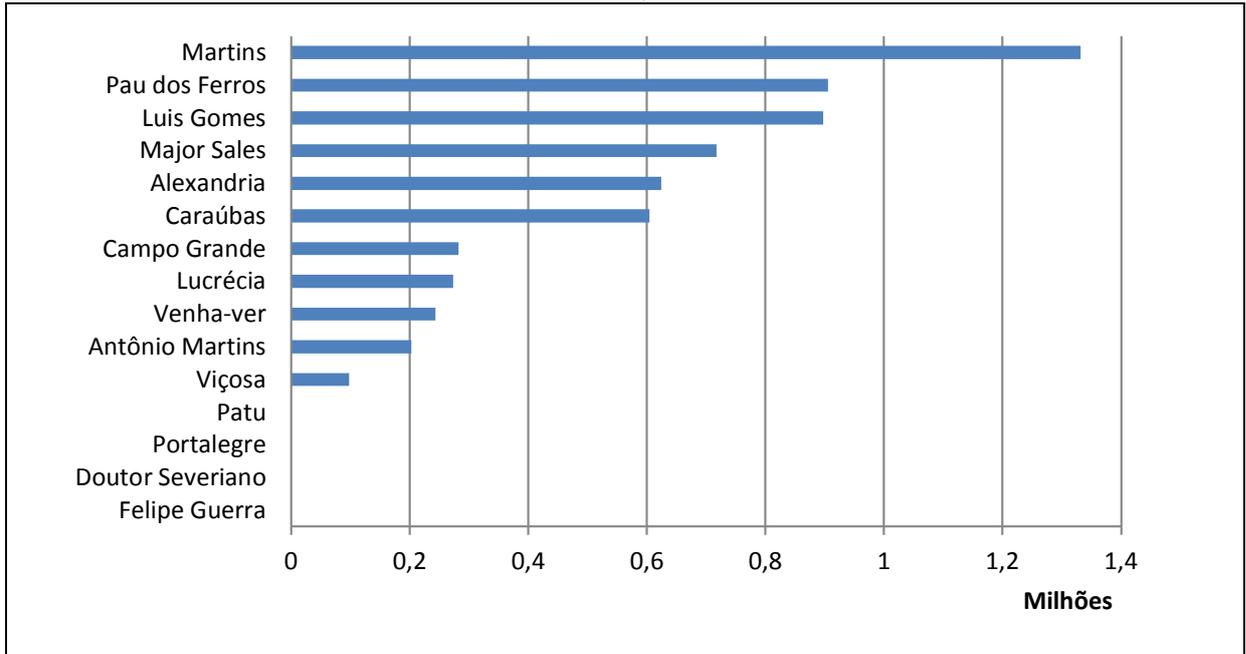
Gráfico 3: Investimentos em praça no Polo Serrano de 2005 a 2015



Fonte: dados da pesquisa, 2016.

De acordo com o Gráfico 2, o município de Alexandria recebeu R\$ 1.978.199,00 reais em investimentos com projetos voltados para essa categoria. Antônio Martins aparece em segundo lugar com R\$ 1.329.750,00 reais em investimentos e Pau dos Ferros com R\$ 1.275.007,00. Das seis praças construídas em Alexandria, três encontram-se concluídas e três encontram-se atrasadas. Em Antônio Martins das sete praças, seis estão concluídas e uma não chegou a ser iniciada. Em Pau dos Ferros das cinco encontradas, quatro estão concluídas e uma atrasada. Cabe salientar que o município de Patu não apresentou investimentos nessa categoria.

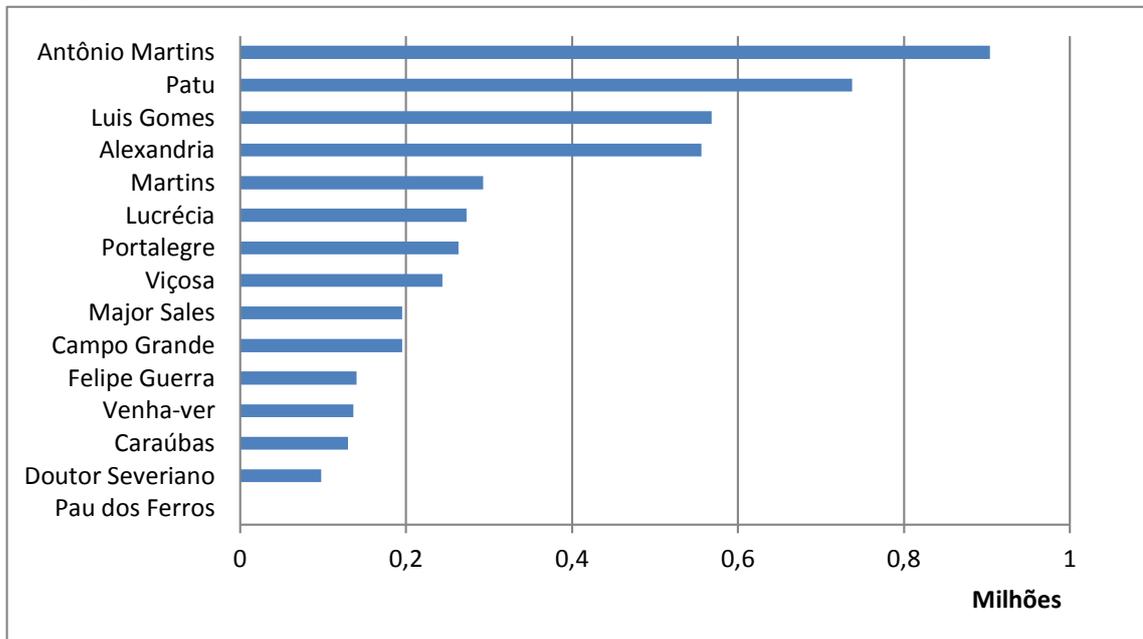
Gráfico 4: Investimentos em urbanização no Polo Serrano de 2005 a 2015



Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Martins se destaca com R\$ 1.331.250,00 em investimentos, seguido de Pau dos Ferros com R\$ 905.902,00 e Luís Gomes com 897.500,00. Das quatro obras encontradas em Martins uma está concluída, duas atrasadas e uma não foi iniciada. Em Pau dos Ferros cinco obras foi destaque em urbanização, sendo quatro concluídas e uma atrasa e em Luís Gomes das três obras duas estão concluídas e uma atrasada. Os municípios de Patu, Portalegre, Doutor Severiano e Felipe Guerra não obtiveram investimentos em urbanização.

Gráfico 5: Investimentos em infraestrutura turística no Polo Serrano de 2005 a 2015

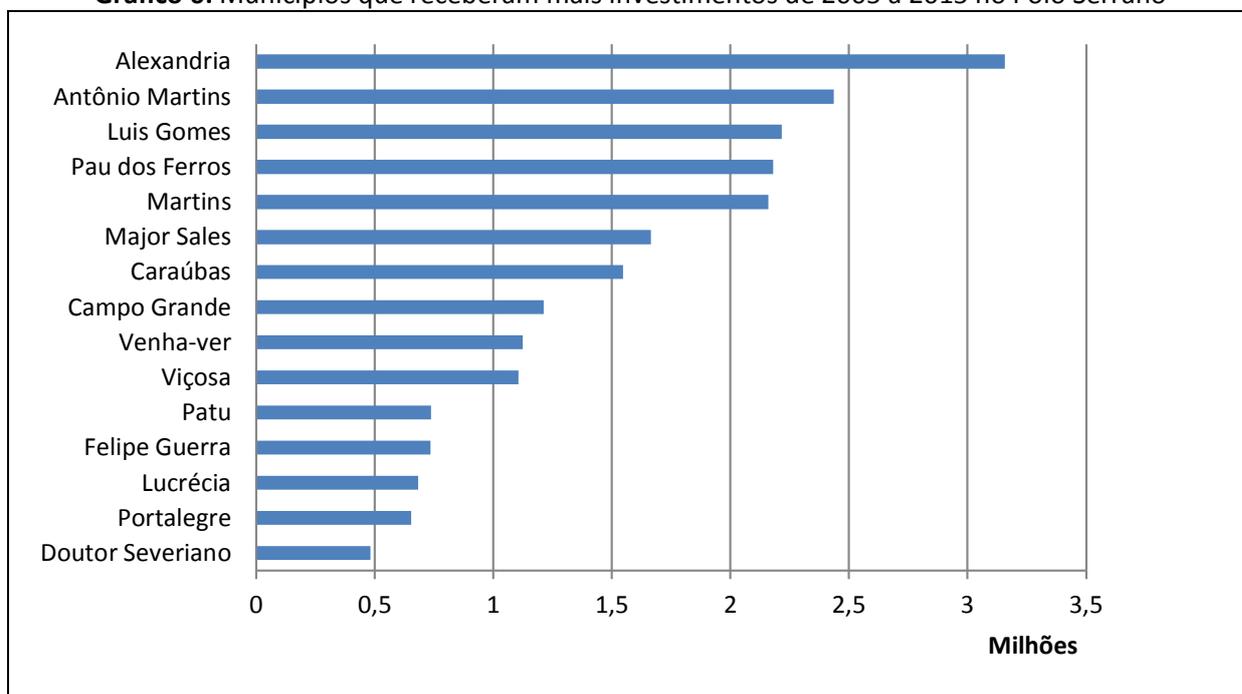


Fonte: dados da pesquisa, 2016.

No gráfico 5 a categoria de infraestrutura soma mais de R\$ 4 milhões de reais e o município de Antônio Martins se destaca com um investimento de R\$ 903.500,00 em obras, seguido de Patu com R\$ 737.500,00 e Luís Gomes com R\$ 568.000,00. Das cinco obras levantadas em Antônio Martins, quatro estão concluídas e um não iniciada. Em Patu das quatro obras duas estão concluídas, uma atrasa e um não iniciada. Já em Luís Gomes das quatro obras duas estão concluídas e duas estão atrasadas. O município de Pau dos Ferros não apresentou investimentos em obras de interesse turístico.

O único município a utilizar recursos públicos na promoção dos eventos, foi Venha-Ver com recursos na ordem de R\$ 100.000,00 para promoção de eventos. Dos outros quatorze municípios nenhum apresentou investimentos nessa categoria. Para finalizar, observa-se o *ranking* dos municípios do Polo Serrano que mais obtiveram investimentos durante dez anos, como observado no gráfico 6 a seguir.

Gráfico 6: Municípios que receberam mais investimentos de 2005 a 2015 no Polo Serrano



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Esse ranking apresenta todos os municípios do Polo Serrano somando todos os valores de todas as categorias. Como observado no gráfico 6 o município de Alexandria apresenta R\$ 3.157.869,00 em investimentos, seguido de Antônio Martins com R\$ 2.435.750,00 e Luís Gomes com R\$ 2.216.250,00. Os municípios de Doutor Severiano, Portalegre e Lucrécia obtiveram as menores captações de recurso por parte do governo federal em dez anos. Os investimentos não chegam a R\$ 1 milhão em cada município.

Observa-se que diante dos dados apresentados, essa pesquisa corrobora com a pesquisa de Silva e Fonseca (2015), onde os principais apontamentos dos autores pode ser verificado quase na mesma medida, quando a maior parte do recurso advindo do MTur, vem

a ser utilizado na construção de Praça Pública, e em obras de infraestrutura, que não estão conectadas com atrativos, ou fazem parte de planos de desenvolvimento do turismo.

A categoria eventos, na conjuntura de investimento é quase irrelevante no Polo, pois foi a que menos recebeu recursos, ao contrario das regiões Seridó e Agreste/Trairi, onde os investimentos estiveram na casa dos 2 a 3 milhões de reais em 10 anos, em comparação com a pesquisa de Silva e Fonseca (2015).

Outro ponto observação, é que quanto mais distante da capital do Estado, mais os recursos repassados vão sendo escassos, dentro das regiões de turismo, Silva e Fonseca (2015), apontaram um montante de 25 milhões de reais investidos em cada região do interior (Polo Seridó e Polo Agreste/Trairi), enquanto o Serrano o montante é de 21 milhões, considerando o recorte temporal de 2005 a 2015.

Ressalva-se que se o recorte de tempo desses investimentos fossem para o ano de instituição do conselho (Polo Serrano, foi instituído em 2008), esse montante cai significativamente para cerca de 13 milhões de reais, sendo assim a instalação de conselhos de turismo nas regiões não influenciou diretamente os investimentos públicos, ou mesmo proporcionou outras ações prioritárias, democráticas e articuladas com os demais membros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo concentrou-se em pesquisar como os investimentos descentralizados do MTur para Polo Serrano Potiguar são para a promoção e desenvolvimento turístico no interior do estado. Todavia, é notória a falta de articulação com profissionais do turismo para elaboração de projetos viáveis ao desenvolvimento como a criação e/ou fomento de atrativos turísticos.

Destaca-se que não há critérios para a escolha dos municípios ou mesmo para as ações desenvolvidas, pois não há informação relativa a isso na base de dados disponibilizada pelo MTur, o que deixa claro o interesse políticos que esses investimento podem exercer nos municípios. Outro ponto que a pesquisa revela é o amadorismo da gestão pública desses municípios ao tratar a atividade turística como advento para construção de praças e urbanização, refletindo diretamente na ineficiência do gasto público. Outro fator que assevera essa condição de amadorismo na gestão do turismo são as incipientes iniciativas de implementação de atrativos turísticos nas regiões interioranas do RN, bem como de colaboração com outros municípios.

É relevante mencionar que essa análise também sinalizar o amadorismo na gestão de projetos turístico, pois as descrições das ações que se teve acesso, através do SIACOR e Portal da Transparência evidenciam tal condição, não é possível distingui de fato a direção dos investimentos, ou mesmo se concluíram na condição adequada dos projetos.

Por fim, ressalta-se que o Programa de Regionalização do Turismo apesar de suas premissas de incentivo ao desenvolvimento interiorano das regiões turísticas, atua como plano de fundo para implementação de infraestrutura que estimula pifiamente o desenvolvimento turístico, e de forma muito incipiente a qualidade de vida dos residentes

do município. Onde o objetivo da interiorização da atividade ainda se encontra de forma muito obscura e longe de obter a eficiência desejada.

REFERÊNCIAS

BRASIL (2007). Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. *Introdução à regionalização do turismo*. Brasília: Ministério do Turismo, 72 p.

BRASIL, (2003). *Plano Nacional de Turismo 2003-2007*. Brasília.

http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downlo%20ads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf. Acesso em 20 de abril de 2016.

BRASIL, (2007). *Plano Nacional de Turismo 2007-2010*. Brasília.

http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downlo%20ads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf. Acesso em 20 de abril de 2016.

BRASIL, (2013). *Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016*. Brasília.

http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downlo%20ads_publicacoes/plano_nacional_2013.pdf. Acesso em 20 de abril de 2016.

CRUZ, R. C. (2002). *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto, 2002.

FONSECA, M. P. (2005). *Espaço, políticas de turismo e competitividade*. Natal, RN: EDUFRRN Editora da UFRN.

HALL, C. M.(2001). *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Contexto.

LASSWELL, H. D. (1936). *Politics: who gets what, when, how*. Cleveland: Meridian Books.

MACHADO, A. L.; TOMAZZONI, E. L.(2011). A regionalização turística do Rio Grande do Sul e sua contribuição como referência para gestão regionalizada do turismo no Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. v. 5, n. 2, p. 226-247.

MADRID, M. G.(2000). Las políticas públicas: carácter y condiciones vinculantes. *Polis: Investigación y Análisis Sociopolítico y Psicosocial*, México D. F., p 13-45.

RICCO, A. S.(2012). O turismo como fenômeno social e antropológico. In: PORTUGUEZ, A. P.; SEABRA, G.; QUEIROZ, O. M. M. (orgs). João Pessoa: *Editora Universitária da UFPB*.

SANTANA, A. (2009). *Antropologia do turismo: analogias, encontros e relações*. São Paulo: Aleph.

SILVA, R. C. (2014). Política de regionalização de turismo no interior potiguar: articulação, entraves e efetividade. *Dissertação (Mestrado em Turismo)* – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

_____; FONSECA, M. A. P. (2015). Turismo no interior potiguar: investimentos públicos nas regiões turísticas Agreste/Trairi e Seridó. In: ANPTUR. *Anais do Seminário ANPTUR*. Natal, RN.

SOUZA, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Revista Sociologias*. Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-44, jul/dez.

VANHOVE, N. (2011) The economics of tourism destinations. [Burlington, Massachusetts: Elsevier Insights](#).